

Câmara aprova PEC que estabelece piso para enfermagem

! TEXTO VAI À PROMULGAÇÃO !



A Câmara aprovou nesta quarta-feira, 15, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa dar segurança jurídica ao plano salarial nacional de 1983 (plano de enfermagem, técnicos de enfermagem e parâmetros). A proposta foi aprovada em primeiro turno nesta terça-feira, 14, por 425 votos favoráveis a 111 contrários. No segundo turno foram 474 a 9. A PEC vai à promulgação pelo Congresso Nacional.

Na prática, a proposta estabelece que o piso salarial da categoria será instituído por lei federal. A emenda também determina que a União, os Estados, Distrito Federal e municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei do piso salarial da enfermagem, deverão adotar a remuneração dos cargos em dos respectivos planos de carreira, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional.

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Enfermagem, o deputado Celso Studart (PSB/CE) manifesta satisfação com a aprovação da PEC. "Fruite de um trabalho exaustivo, desde o Senado até aqui, para garantir a constitucionalidade

do piso salarial da enfermagem. Trabalharemos incansavelmente até que o piso esteja totalmente estruturado aos profissionais", disse.

O projeto para a categoria já tinha sido aprovado pelo Senado (em novembro do ano passado) e pela Câmara (em maio deste ano) na forma de um projeto de lei (PL 2.574/90). Apesar de aprovado pelo Congresso, a proposta ainda não foi enviada para sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL). O impacto estimado é de R\$ 6 bilhões. Contudo, não há previsão orçamentária para custeio da medida.

O texto aprovado prevê piso mínimo trienal para enfermeiros no valor de R\$ 4.750, e aumento nacionalmente por serviços de saúde públicos e privados. Para os técnicos, o texto fixa remuneração equivalente a 90% do piso nacional dos enfermeiros. Para auxiliares de enfermagem e porteiros, o valor será equivalente a 80%.

Ano inserir na Constituição o plano, a intenção é retirar uma eventual suspensão do plano na Justiça, sob a alegação de chamado "vício de iniciativa" quando a proposta é apresentada por um dos Poderes sem que a Constituição determine a mesma competência para isso. (Cam ALE)

OUÊNIA, SOMÁLIA E ETIÓPIA

SIMON MAINA: 4EP



RIO MADEIRA

BRUNO KELLY / COMMENTARY / AFF



BALSAS DE GARIMPO ILEGAL VOLTAM

CHEMERJ

Anestesista terá 15 dias para prestar informações

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremarj) emitiu solicitação em esclarecimento, ontem, 13, destinada ao médico Giovanni Quintella Bazzani, preso em flagrante por estupro de vulnerável de uma paciente sedada, durante uma cesariana no Hospital de Mulher Heleno de Staudant, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. A medida faz parte de uma das etapas para o procedimento de sindicância, que é aberta em casos de denúncia. Com isso, o médico-jurista, que está com a prisão preventiva decretada pela Justiça, tem 15 dias para prestar as informações solicitadas. Atualmente, Giovanni Quintella Bazzani está impedido de exercer a medicina no País, devido a suspensão do exercício aprovada pela Conselho, publicada no terça-feira (AB)

FORTAL 2022

CONCLUSIONS

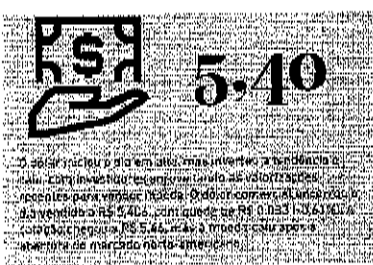


A organização do Fortal realizou, em 13, uma coletiva de imprensa no Ródio Fortaleza para anunciar a próxima edição do evento (foto). Após ser adiado por dois anos devido à pandemia de Covid-19, o evento acontecerá novamente na Cidade Fort de 21 a 24 de julho. "Vai ser um momento histórico porque, não é como se tivesse a primeira ano do Fortal, mas, voltando, é mais que recomençar com a alegria de poder estar ali", afirma Alton Junior, um dos diretores da iniciativa. Em cima dos sons, atrações como Bell Maraca, Claudia Leite, Hermandade do Samba e Ivete Sangalo. Confira programação completa em [Fortal.com.br](http:// Fortal.com.br).

POLÍTICA

PGR não vê
'prevaricação' de
Bolsonaro em
motocicleta nos EUA

A vice-procuradora-geral de Minas, Lindara Azeite do Carmo, disse que o Supremo Tribunal Federal arquivou um pedido de investigação sobre a conduta do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Justiça e Segurança Pública Alexandre de Moraes em motobato realizada em Orlando, nos Estados Unidos, com participação de bilogista Allan Weissberg, que está lotado do Justiça Brasileira. Na avaliação de Lindara, o fato de Bolsonaro ter participado via evento público que contou com a presença de Bolsonaro e Torres "não permite duvidar que existiu alguma retardação ou omissão indevidamente em ad-

[illegible][illegible]